

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

HIV: vitórias para uns, sentença de morte para outros

Florence Anam

Foi instituído, no dia 1º de dezembro, há 30 anos, o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, uma data observada desde os anos 80, quando o diagnóstico do HIV era uma sentença de morte e os antirretrovirais que salvam vidas eram um sonho distante. A reflexão que farei a seguir é compartilhada pelas equipes de saúde nos projetos de HIV e tuberculose da organização Médicos Sem Fronteira na África Subsaariana, em partes da Ásia e na Europa Oriental, vislumbrando um futuro incerto.

O mundo se acostumou a notícias que apresentavam a resposta ao HIV como um sucesso. Certamente, em alguns lugares, particularmente no norte global, não há como comparar a situação de hoje com 30 anos atrás. Mas, se os últimos 20 anos forem conhecidos como a "revolução do tratamento do HIV" com seus enormes avanços no acesso a fármacos e ferramentas de prevenção graças ao vigoroso financiamento internacional, do nosso ponto de vista, temos entrar na era do "retorno da AIDS". A impressão geral pode ser que o pior já passou, mas isso não é verdade.

Este ano, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) relata que 75% dos 36,9 milhões de pessoas que vivem com o HIV sabem da sua condição, em comparação com apenas dois terços (67%) em 2015, e 59% das pessoas têm acesso ao tratamento. No entanto, um lado terrível dessa narrativa positiva de sucesso está surgindo. O progresso global acerca do HIV permanece grosseiramente desigual. Existem também indícios preocupantes de que os doadores de recursos financeiros internacionais estão agora desvinculando-se da luta contra o HIV.

Quase 1.000.000 de pessoas que vivem com o HIV morreram de AIDS em 2017, apesar da ciência, ferramentas e diagnósticos disponíveis. O número global de mortes pelas consequências da infecção do vírus mal diminuiu nos últimos anos. A meta global de 150 mil mortes a menos por ano paira no horizonte como uma miragem. O número de mortes por Aids em países onde MSF trabalha continua a ser surpreendente: 17 mil mortes na República Democrática do Congo, 5,1 mil mortes na Guiné, 28 mil mortes no Quênia, 39 mil mortes no Maláui, 70 mil mortes em Moçambique e 126 mil mortes na África do Sul. Hoje, 30% a 40% das pessoas em todo o mundo que testam positivo para o HIV e iniciam o tratamento o fazem com uma contagem de CD4 alarmantemente baixa (abaixo de 200), um indicador de falha imunológica grave, e estão em risco de morte.

O que é diferente hoje em dia é que grande parte das pessoas que se apresentam nas piores fases da Aids já conhece o seu estado soropositivo, com a maioria já fazendo uso dos antirretrovirais. Nos hospitais apoiados por MSF que atendem pacientes com Aids, boa parte deles já estava em tratamento: Kinshasa (DRC) 71%, Conakry (Guiné) 62%, Homa Bay (Quênia) 60% e Nsanje (Maláui) 67% dos pacientes. Os desafios inevitáveis do tratamento diário, juntamente com os sistemas de saúde que lutam para apoiá-los adequadamente, levam a que as pessoas experimentem uma "falha no tratamento", quando interrompem o processo ou a terapêutica deixa de funcionar para eles. Na pior das hipóteses, uma proporção significativa desenvolveu resistência ao tratamento existente.

No entanto, sem o reconhecimento político de um número elevado e continuado de mortes por Aids, não veremos acontecerem ações práticas necessárias para as ajudar as pessoas que vivem com o HIV. Medidas para lidar efetivamente com a Aids "contemporânea" permanecem claramente ausentes da atual resposta ao vírus. Centros de saúde e hospitais devem ser equipados para fornecer testes rápidos e tratamento para pessoas em fases avançadas do HIV, e, uma vez recuperados, orientá-los de volta ao tratamento estável ao longo da vida, com um grupo de medicamentos de segunda e terceira linha quando necessário.

Ao mesmo tempo, observações de colegas de MSF e ativistas do HIV na África Subsaariana também indicam os primeiros sinais do impacto mortal de uma queda acentuada no financiamento internacional que afetará milhões de vidas nos próximos anos. Em países dependentes de doadores internacionais de recursos, especificamente dos antirretrovirais, um déficit de financiamento internacional para o combate ao HIV e uma redução do tratamento parecem iminentes no momento mais crucial. Enquanto os últimos 20 anos viram uma

geração de vidas salvas graças à solidariedade internacional, hoje uma nova geração corre o risco de ser perdida quando os doadores se desconectam da causa.

Sem recursos adicionais, países como a República Centro-Africana e a Guiné serão forçados a reduzir as taxas de iniciação (quando a pessoa inicia pela primeira vez o tratamento), em vez de acelerar urgentemente a ampliação necessária dos programas de HIV, ao mesmo tempo que enfrentam déficits de financiamento do Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária nas suas alocações de 2018-2020.

Muito tem sido dito recentemente sobre a importância do teste de HIV, mas ele não pode ser visto isoladamente do atual contexto de financiamento. Sem recursos para garantir o impulsionamento e apoio ao tratamento de pessoas com HIV, o conhecimento do estado soropositivo é um verdadeiro dilema. As pessoas que testam positivo para o vírus devem ter acesso ao tratamento, dentro dos sistemas de saúde ou postos comunitários com suporte para dar o atendimento. Sem compromisso político e financiamento contínuo, não haverá aumento de testes e tratamento - nem redução de mortes relacionadas à Aids.

O Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, celebrado neste mês, é sobre solidariedade internacional com pessoas que continuam a lutar pela sobrevivência, numa batalha contra barreiras de negligência e discriminação. Estas são as pessoas e pacientes que precisam da nossa atenção. O Dia Mundial de Luta Contra a Aids 2018 é sobre eles, aqueles que continuam a morrer na sombra do sucesso.

Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

01. O texto, de forma predominante,

- A) defende um ponto de vista acerca dos rumos tomados pelas políticas de combate à disseminação do vírus HIV.
- B) descreve a realidade de países onde as políticas de combate ao HIV não têm logrado muito sucesso.
- C) narra a trajetória da organização Médicos Sem Fronteira na execução de políticas de combate ao HIV em países pobres.
- D) expõe uma visão consensual acerca da gestão das políticas de combate à disseminação do vírus HIV em países pobres.

02. No terceiro parágrafo, há

- A) citação indireta, em que a informação da fonte citada é transcrita literalmente.
- B) citação direta, em que a informação da fonte citada é parafraseada.
- C) citação direta, em que a informação da fonte citada é transcrita literalmente.
- D) citação indireta, em que a informação da fonte citada é parafraseada.

03. Os parágrafos 5 e 6 estão interligados por elemento coesivo que assinala

- A) acréscimo de informação e estabelece uma relação de conclusão entre eles.
- B) retomada de informação e estabelece uma relação de explicação entre eles.
- C) acréscimo de informação e estabelece uma relação de contraposição entre eles.
- D) retomada de informação e estabelece uma relação de concessão entre eles.

04. No trecho a seguir

Sem recursos adicionais, países como a República **Centro-Africana** e a Guiné serão forçados a reduzir as taxas de iniciação [...]

Considerando-se as normatizações atuais da ortografia oficial da língua portuguesa, a palavra em destaque recebe hífen pela mesma orientação normativa de

- A) anti-inflamatório.
- B) médico-cirurgião.
- C) pós-graduação.
- D) João-de-barro.

05. Considere os trechos reproduzidos a seguir

(1) **Existem** também indícios preocupantes de que os doadores de recursos financeiros internacionais estão agora desvinculando-se da luta contra o HIV.

(2) Sem compromisso político e financiamento contínuo, não **haverá** aumento de testes e tratamento - nem redução de mortes relacionadas à Aids.

Mantendo-se a mesma estrutura dos trechos 1 e 2 e permutando-se as formas verbais em destaque, é correto afirmar, considerando-se a orientação gramatical normativa do português, que

- A) o verbo “existir” continuará flexionado no plural e o verbo “haver” permanecerá no singular.
- B) o verbo “existir” será flexionado no singular e o verbo “haver” permanecerá no singular.
- C) o verbo “existir” será flexionado no singular e o verbo “haver” será flexionado no plural.
- D) o verbo “existir” continuará flexionado no plural e o verbo “haver” será flexionado no plural.

06. Considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa e a coerência da informação produzida, é possível a substituição da vírgula pelo ponto final em:

- A) Muito tem sido dito recentemente sobre a importância do teste de HIV, mas ele não pode ser visto isoladamente do atual contexto de financiamento.
- B) Enquanto os últimos 20 anos viram uma geração de vidas salvas graças à solidariedade internacional, hoje uma nova geração corre o risco de ser perdida quando os doadores se desconectam da causa.
- C) Sem recursos para garantir o impulsionamento e apoio ao tratamento de pessoas com HIV, o conhecimento do estado soropositivo é um verdadeiro dilema.
- D) Sem compromisso político e financiamento contínuo, não haverá aumento de testes e tratamento - nem redução de mortes relacionadas à Aids.

07. São gêneros textuais que apresentam a mesma sequência textual dominante no texto desta prova:

- A) o conto e a crônica.
- B) a resenha e a notícia.
- C) a carta aberta e o relatório de atividade acadêmica.
- D) o editorial e a carta argumentativa.

08. Há palavra em que o acento gráfico indica flexão de número em

- A) Em países dependentes de doadores internacionais de recursos, especificamente dos antirretrovirais, um déficit de financiamento internacional para o combate ao HIV e uma redução do tratamento parecem iminentes no momento mais crucial.
- B) No entanto, sem o reconhecimento político de um número elevado e continuado de mortes por Aids, não veremos acontecerem ações práticas necessárias para as ajudar as pessoas que vivem com o HIV.
- C) Foi instituído, no dia 1º de dezembro, há 30 anos, o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, uma data observada desde os anos 80, quando o diagnóstico do HIV era uma sentença de morte e os antirretrovirais que salvam vidas eram um sonho distante.
- D) Este ano, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) relata que 75% dos 36,9 milhões de pessoas que vivem com o HIV sabem da sua condição, em comparação com apenas dois terços (67%) em 2015, e 59% das pessoas têm acesso ao tratamento.

09. Considere o período

O mundo se acostumou a notícias que apresentavam a resposta ao HIV como um sucesso.

Esse período é composto por

- A) subordinação, em que a segunda oração exerce função adjetiva, de caráter restritivo, em relação à primeira.
- B) subordinação, em que a segunda oração exerce função adjetiva, de caráter explicativo, em relação à primeira.
- C) coordenação, em que a segunda oração exerce função adjetiva, de caráter restritivo, em relação à primeira.
- D) coordenação, em que a segunda oração exerce função adjetiva, de caráter explicativo, em relação à primeira.

10. No período

Hoje, 30% a 40% das pessoas em todo o mundo que testam positivo para o HIV e iniciam o tratamento o fazem com uma contagem de CD4 alarmantemente baixa (abaixo de 200), um indicador de falha imunológica grave, e estão em risco de morte.

O elemento linguístico em destaque

- A) acrescenta informação e assume posição de ênclise em relação ao verbo.
- B) retoma informação e assume posição de próclise em relação ao verbo.
- C) acrescenta informação e assume posição de próclise em relação ao verbo.
- D) retoma informação e assume posição de ênclise em relação ao verbo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÓGICA

11. Ao analisar a afirmação “Não é verdade que, se João mora em Caicó, então José mora em Cruzeta”, conclui-se que ela é logicamente equivalente à afirmação:
- A) “Não é verdade que João não mora em Caicó ou José não mora em Cruzeta”.
- B) “É verdade que João mora em Caicó ou José mora em Cruzeta”.
- C) “Não é verdade que João não mora em Caicó ou José mora em Cruzeta”.
- D) “É verdade que João mora em Caicó e José mora em Cruzeta”.
12. Um candidato a um concurso organiza seu material para levar no dia da prova. Ele possui 13 canetas, sendo 7 azuis e 6 pretas. Se, por segurança, ele pretende levar seis canetas para o concurso, sendo duas pretas, o número de maneiras que ele pode selecionar essas canetas são
- A) $A_{6,2} \cdot A_{7,4}$.
- B) $C_{6,2} \cdot C_{10,4}$.
- C) $A_{6,2} \cdot A_{10,4}$.
- D) $C_{6,2} \cdot C_{7,4}$.
13. Maria e Joana estão participando de uma competição em que a probabilidade de pelo menos uma delas ser vitoriosa é de 90%. Se a probabilidade de Maria vencer a competição é de 60%, a probabilidade de Joana ser a vitoriosa é de
- A) 65%.
- B) 70%.
- C) 75%.
- D) 80%.
14. Suponha que as prefeituras das cidades XIS, IPSILON e ZÊ possuem um veículo cada uma, de modelos diferentes. Considere que os modelos de veículos que essas prefeituras possuem são: caminhonete, sedã ou *hatch* e que somente uma das afirmativas a seguir é verdadeira:

I	O veículo da prefeitura XIS é uma caminhonete.
II	O veículo da prefeitura IPSILON não é uma caminhonete.
III	O veículo da prefeitura ZÊ não é um sedã.

Sendo assim, os modelos dos veículos das prefeituras XIS, IPSILON e ZÊ são, respectivamente,

- A) sedã, *hatch* e caminhonete.
- B) sedã, caminhonete e *hatch*.
- C) *hatch*, sedã e caminhonete.
- D) *hatch*, caminhonete e sedã.

15. Os termos da sequência (7, 21, 43, 73,...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o valor do 7º termo subtraído do 6º termo dessa sequência é igual a

- A) 46.
- B) 38.
- C) 54.
- D) 62.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA PROFESSOR
DO ENSINO INFANTIL**

16. Considere o fragmento textual a seguir.

O aumento do número de creches e a intensa disputa por vagas, no Brasil, são fatores que refletem mudanças na família, a qual hoje precisa compartilhar a educação de suas crianças com instituições de qualidade, para que geralmente os responsáveis pelas crianças possam trabalhar fora (do lar) e auxiliar no sustento familiar. Todavia, as instituições de Educação Infantil, determinadas historicamente por um passado assistencialista, com uma educação para submissão, com pouquíssimos investimentos do poder público, também enfrentam mudanças, sendo hoje tidas como uma espécie de instituição educacional de qualidade, o que acarreta expectativas nos seus profissionais e nas famílias, que nem sempre coincidem. O processo de adaptação é um momento de confronto com o desconhecido. portanto, não pode ser rígido e fixo: precisa ir se transformando, à medida que os envolvidos vão estabelecendo contato, atribuindo significado a essa nova situação, ao novo espaço, às novas pessoas, de forma gradual.

Fonte: OLIVEIRA, Suélen Cristiane Marcos. O processo de adaptação das crianças na educação infantil: os desafios das famílias e dos educadores da infância. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: [s.n.], 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153912/oliveira_scm_dr_prud.pdf?sequence=3. Acesso em: 01 dez. 2018.

Em se tratando do processo de adaptação das crianças no ambiente escolar, ele deve ocorrer,

- A) em parceria entre as instituições de Educação Infantil e as famílias, a fim de que essas instituições tenham a oportunidade de cumprir o seu papel.
- B) por meio de um relacionamento vertical, por parte das instituições de Educação Infantil, impedindo a presença das famílias.
- C) por meio de um relacionamento horizontal, por parte das famílias, obstruindo a atuação das instituições de Educação Infantil.
- D) de modo natural, pois as instituições de Educação Infantil possuem características assistencialistas que favorecem a adaptação das crianças.

17. A adaptação das crianças às instituições de Educação Infantil é um processo bastante complexo. Ele precisa ser bem pensado e planejado a fim de que nada aconteça de errado, vindo a prejudicar tal adaptação e, conseqüentemente, o desenvolvimento das crianças em seus aspectos psicológicos, sociais, emocionais, cognitivos, dentre outros. Essa complexidade dá-se pelo fato de

- A) a escola não dispor de profissionais com formação adequada para tratar com as questões emocionais das crianças, envolvendo a birra e, principalmente, o choro, que se tornam atitudes estressantes e fogem ao controle da instituição de ensino.
- B) os governantes, que ao longo da história, têm se omitido, não investindo em políticas públicas eficazes e eficientes, principalmente na construção de escolas adaptadas ao público infantil, com uma estrutura arquitetônica capaz de promover um ambiente saudável e acolhedor, fazendo com que as crianças não sintam nenhuma dificuldade de adaptação.
- C) as famílias de baixa renda, em virtude da entrada da mulher no mercado de trabalho, não têm dispensado um tempo suficiente para estar com as crianças em sala de aula diariamente e para auxiliar os professores no processo de adaptação de seus filhos.
- D) a criança ter de lidar com um novo ambiente, com a separação diária da mãe e dos familiares e com as novas pessoas que não pertencem à sua família, com o estresse da despedida da família na entrada, com a nova rotina da instituição, com a troca de fraldas, com a hora de dormir e de se alimentar, com os novos relacionamentos, com os educadores infantis e com outras crianças.

18. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (1998), é um documento norteador para as instituições de educação infantil, já que nele são explicitadas várias orientações para o trabalho pedagógico com as crianças da creche e pré-escola, apresentando dentre outros pontos fundamentais, as funções de educar e cuidar, essenciais para essa etapa de ensino. Tratando-se das funções de cuidar e educar, especificamente para as crianças com necessidades especiais, o RCNEI(1998) enfatiza que
- A) a função de cuidar não é uma atividade pedagógica necessária às instituições de educação infantil, visto que, segundo a LDB, no seu capítulo V, parágrafo 3º, a oferta de educação especial tem início na faixa etária a partir de seis anos de idade, durante os anos iniciais do Ensino Fundamental.
 - B) o convívio com as outras crianças torna-se benéfico na medida em que representa uma inserção de fatos no universo social e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade.
 - C) o convívio, exclusivamente, com as outras crianças com necessidades especiais torna-se benéfico e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, na medida em que representa uma inclusão de fato no universo social, permitindo o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade.
 - D) o trabalho pedagógico deve ser desenvolvimento por instituições apropriadas que atendem crianças com necessidades especiais, cabendo às escolas de educação infantil, apenas um trabalho de integração dos educandos em parceria com as famílias, preparando-os para o Ensino Fundamental.
19. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (1998), as funções de educar e cuidar são premissas norteadoras as quais fazem parte das atividades desenvolvidas no âmbito da educação infantil e que, além de estarem integradas, devem estar associadas a padrões de qualidade. Em se tratando da função de cuidar, o RCNEI (1998), enfatiza que o desenvolvimento integral depende
- A) do brincar, envolvendo tanto a organização dos brinquedos, materiais pedagógicos e demais objetos, como da forma com que esses elementos estarão à disposição das crianças, de maneira que possam ser manuseados com o auxílio de um adulto, promovendo o desenvolvimento integral de todos os envolvidos.
 - B) dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, mas também da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados
 - C) das famílias, exclusivamente, as quais devem propiciar os cuidados necessários aos seus filhos, no que se refere à alimentação, vestuário e saúde, deixando para a escola a função de educar, momento em que a criança desenvolverá atitudes éticas como a aceitação do outro em suas diferenças e particularidades.
 - D) da criação de situações educativas pelo professor, que dentro dos limites impostos pela vivência em coletividade, propiciará à criança momentos de bem estar social e individual, respeitando os seus hábitos, ritmos e preferências individuais, contribuindo assim para o processo de construção da autoconfiança e da autonomia.
20. A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, define como Eixos norteadores na organização da proposta curricular da Educação Infantil, as interações e a brincadeira. Tais eixos são considerados elementos essenciais os quais devem estar presentes no currículo e nas práticas pedagógicas dessa etapa de ensino e devem garantir experiências que
- A) incentivem a espontaneidade, a exploração por meio dos adultos, o desencanto, o silêncio, a indagação submissa e o conhecimento das crianças em relação ao mundo sensorial e individual.
 - B) possibilitem vivências complexas com crianças do mesmo grupo social e cultural, que estreitem seus padrões de heterogeneidade e de identidades no conflito e conhecimento da austeridade.
 - C) promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura.
 - D) favoreçam a imersão das crianças nas linguagens que elas sejam capazes e no domínio apenas dos gêneros e formas de expressão verbal, bem peculiares da educação infantil.

21. Considere o excerto a seguir.

Um pressuposto básico da obra de Vygotsky é que as origens das formas superiores de comportamento consciente – pensamento, memória, atenção voluntária etc. – formas que diferenciam os homens dos outros animais, devem ser achadas nas relações sociais que o homem mantém. Mas Vygotsky não via o homem como um ser passivo, consequência dessas relações. Entendia o homem como ser ativo, que age sobre o mundo, sempre em relações sociais, e transforma essas ações para que constituam o funcionamento de um plano interno.

Fonte: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 126.

Além de Vygotsky entender o homem como um ser em constante ação sobre o mundo, a sua obra enfatiza, também, que o desenvolvimento infantil é visto a partir dos aspectos instrumental, cultural e histórico. Quanto ao aspecto instrumental, refere-se

- A) aos meios socialmente estruturados pelas quais a sociedade organiza as tarefas da criança.
- B) à junção com o aspecto cultural, pois os instrumentos foram criados e modificados historicamente.
- C) à união com o aspecto histórico e cultural, já que seu instrumento básico é a linguagem.
- D) à natureza basicamente mediadora das funções psicológicas complexas.

Para responder as questões 22 e 23 considere o excerto retirado do documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (BRASIL, 2013). Na atual conjuntura educacional, compõe o conjunto dos documentos que legitimam o direito à educação nas políticas educacionais. Trata-se de um documento plural, contemporâneo, que estabelece sistematicamente o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito” (BRASIL, 2018).

Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_versaofinal.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

22. A organização curricular da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está disposta em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências estabelecem um arranjo curricular que engloba as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Nesse sentido, os campos de experiências em que se organiza a BNCC são dispostos da seguinte forma:

- A) o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
- B) oralidade e escuta; análise linguística/semiótica de pequenos textos; leitura e escrita de imagens; brincadeiras e imaginação; introdução à produção de textos.
- C) conviver com outras crianças; brincar cotidianamente de diversas formas; explorar movimentos, atitudes, sons, birras; expressar, como sujeito histórico, criativo e sensível; agir eticamente.
- D) educar e cuidar sob a responsabilidade de um adulto; interagir e brincar com outras crianças; pensamento e linguagem; leitura, escrita e escuta de textos; conhecimentos lógico-matemáticos.

23. Com base na BNCC, analise as afirmativas a seguir.

I	A BNCC se constitui o currículo da Educação Básica. A publicação do referido documento pelo Ministério da Educação, desobriga a elaboração de propostas curriculares para a Educação Básica, nos âmbitos dos sistemas educacionais estaduais e/ou municipais. E, com relação as escolas, desobriga a existência do Projeto Pedagógico.
II	De acordo com as práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, na educação infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes, por meio da educação escolar, os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.
III	De acordo com a BNCC, o trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.
IV	A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, não valoriza as situações lúdicas de aprendizagem, pois essas experiências já foram vivenciadas na Educação Infantil. A intenção pedagógica centra-se nos conteúdos.
V	Ao longo do Ensino Fundamental (EF) – nos Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, a BNCC, assume como importante, nos Anos Finais, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Estão corretas as afirmativas:

- A) II, III e V
- B) I, II e III
- C) I, II e IV
- D) I, IV e V

24. Trata-se de um princípio consagrado pela Constituição vigente em nosso país. Abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico que garanta o direito à educação. A construção do projeto político-pedagógico parte de princípios, dentre eles: igualdade, qualidade, liberdade, valorização do magistério. Essa descrição refere-se à

- A) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- B) Conferência Nacional de Educação Para Todos.
- C) Gestão Democrática.
- D) Base Nacional Comum Curricular.

25. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, no seu artigo 8º, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Em relação aos povos indígenas que optarem pela Educação Infantil, as mesmas Diretrizes afirmam que as propostas pedagógicas para as crianças indígenas de 0 a 5 anos de idade, devem:

- A) I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como preliminares para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais; II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades; III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à crença religiosa dessas populações; IV - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características socioculturais da comunidade.
- B) I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, as crenças, os valores, as concepções de mundo e as memórias de seu povo; II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças; III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas socioculturais de educação e cuidado coletivo da comunidade; IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.
- C) I - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural; II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades; III - reafirmar a identidade étnica e a língua bilíngue como elementos de constituição das crianças; IV – valorizar a educação ambiental oferecida na família e articular-se às práticas tradicionais e mercadológicas de educação e cuidado coletivos da comunidade.
- D) I - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural e cultural; II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades; III - reafirmar a identidade étnica, ética e estética das populações indígenas como elementos de constituição das crianças; IV – valorizar a educação materna e tradicional oferecida na família e articular-se às práticas ambientalistas e mercadológicas de educação e cuidado coletivos da comunidade.
26. A Educação Infantil ganhou destaque nas políticas públicas brasileiras sendo reconhecida formalmente na atual legislação educacional como a primeira etapa da educação básica. Nesse processo, a Educação Infantil passou a integrar diversos planos, programas e ações nos âmbitos federal, estadual e municipal, entre os quais o Plano Nacional de Educação (PNE). Sobre o atual PNE, instituído mediante Lei nº 13.005/2014, é correto afirmar:
- A) É preciso considerar a estratégia 2.17 do PNE 2014, que prevê o estímulo do acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Trata-se de estratégia importante, articulada à meta 8 do plano, a qual estabelece a oferta de no mínimo 50% das escolas públicas em tempo integral, para atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica.
- B) A proposição para a educação infantil no PNE 2014, expressa na meta 1, refere-se à ampliação do acesso, por meio da universalização da pré-escola e da expansão do atendimento em creches para no mínimo 50% das crianças de até três anos. A ampliação do acesso é condição indispensável para a conquista da qualidade na educação infantil e para a garantia do direito subjetivo à educação.
- C) O PNE 2014, na meta 2, estratégia 2.2, estabelece, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches. Essa estratégia indica a possibilidade de diminuir disparidades entre demanda e matrículas efetivadas, tratando-se, portanto, de uma tática de considerável impacto na democratização do acesso, que afeta positivamente a creche.
- D) A Meta 5, do PNE 2014, tem como finalidade alfabetizar todas as crianças, estendendo o prazo máximo, até o final do 5º (quinto) ano do ensino fundamental. Essa proposição prevê 8 estratégias, que se justificam pelo compromisso social e educacional de erradicar o analfabetismo em nosso país até 2020.

27. Considere o excerto a seguir.

A senhora Luana, residente do município de Jardim do Seridó/RN, tem dois filhos, eles são gêmeos: Pedro Lucas e João Gabriel. Ela está procurando vagas para o ano letivo de 2019, em uma escola pública, para matricular seus filhos. Ambos acabam de completar 4 anos de idade. Ela foi até a Secretaria Municipal de Educação em busca de informações e orientações. Ao chegar na Secretaria Municipal de Educação, foi atendida pela coordenadora de matrículas escolares, que prestou a senhora Luana orientações conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996) e a Lei Nº. 11.700/2008, também, recebeu um panfleto que apresenta de forma integrada as informações sobre o planejamento das matrículas - 2019 da rede pública de ensino em Jardim do Seridó-RN. Nele consta a relação das escolas estaduais e municipais com endereços, níveis e modalidades de ensino, horários de funcionamento e calendário de matrículas.

Considere as determinações que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996) e os acréscimos realizados a partir da Lei Nº. 11.700/2008 quanto à garantia do Direito a Educação e do Dever do Estado. Diante da situação apresentada, os filhos de Luana:

- A) não têm direito às vagas, pois a educação básica, obrigatória e gratuita, inicia-se no ensino fundamental , a partir dos 06(seis) anos de idade.
- B) devem ser matriculados em uma escola privada, pois o Estado não se responsabiliza pela educação infantil.
- C) só podem ter seu direito garantido a partir dos 04 (quatro) anos de idade, na educação infantil, etapa obrigatória e gratuita, se os pais e/ou responsáveis das crianças declararem impossibilidade do cuidado familiar.
- D) têm direito às vagas na educação infantil, que compõe a educação básica, visto que a educação infantil é obrigatória e gratuita a partir dos quatro anos de idade em estabelecimentos públicos de ensino mais próximo a sua casa.

28. Considerando a estrutura, os componentes e a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar, analise as afirmativas a seguir.

I	A ludicidade na educação infantil não é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, pois as brincadeiras não permitem que as crianças estabeleçam relações entre o brincar e os conceitos, servindo apenas para desenvolver a motricidade.
II	Nas tendências pedagógicas progressistas, o vínculo aprendizagem–meio social não traz implicações metodológicas. O mais importante é a capacidade cognoscitiva do aluno, pois o saber é universal e a motivação é sempre extrínseca, as implicações culturais são desconsideradas.
III	A leitura está estritamente relacionada à escrita, mas sua aprendizagem está tradicionalmente ligada aos atributos lingüísticos, culturais, sociais e a formação do sujeito, sejam como meio de permitir ao individuo a aquisição do conhecimento, seja como meio de viabilizar sua atuação social.
IV	O trabalho docente é uma atividade intencional, planejada conscientemente visando a atingir objetivos de aprendizagem. Por isso precisa ser estruturado e ordenado.
V	A conscientização, prevenção e o combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas não pode ser tratada como uma questão de caráter pedagógico, pois elas não inviabilizam a prática educacional. A violência, assim como a indisciplina é uma questão de educação familiar e deve ser conduzida por meio de ações coercitivas, punitivas que garantam a adaptação ao ambiente escolar.
VI	É fundamental que o educador tenha conhecimentos e domínio das novas tecnologias. A inclusão desses recursos tecnológicos na escola pode contribuir para a melhoria das condições de acesso à informação e amplia situações de aprendizagem.

Estão corretas as afirmativas

- A) III, IV e VI.
- B) I, II, e V.
- C) II, III e V.
- D) I, V e VI.

29. De acordo com Libâneo (2013, p. 246), o planejamento “é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. No âmbito escolar, há diferentes modalidades de planejamento que se articulam entre si: plano de escola; plano de ensino e o plano de aula. São características de um bom planejamento:

- A) Improvisar ações voltadas aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, concentração e disciplina; ter um roteiro organizado das unidades didáticas; apontar a definição do livro didático; ter a garantia da merenda escolar; possuir autorização da família para o ensino dos temas sobre gênero.
- B) determinar conteúdos e estratégias a partir das definições da coordenação pedagógica da escola; ser produto de uma discussão unilateral – docente; definir a disciplina escolar como prioridade; atender aos princípios e as condições do processo de transmissão e memorização de conteúdos.
- C) Conter princípios pedagógicos que correspondam ao contexto e à prática da sala de aula dos professores; ter clareza dos objetivos e das ações da escola; conhecer as exigências dos planos e programas oficiais, bem como, as condições prévias dos alunos para a aprendizagem.
- D) definir os objetivos e tarefas da escola baseadas no mérito escolar; elaborar projetos somente com a participação da comunidade, em especial, dos pais e/ou responsáveis, atendendo as exigências dos princípios e das condições do processo de transmissão e assimilação passiva dos conteúdos.

30. Em relação aos aspectos básicos da educação escolar, analise as afirmativas a seguir.

I	A criança, na atual base legal da educação brasileira, é compreendida como um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.
II	O princípio da diversidade deve ser considerado, apenas, na organização político pedagógica das escolas do campo, principalmente, nas escolas das comunidades quilombolas e indígenas. Pois, é imprescindível para reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais.
III	A aula é a forma predominante de organização do processo de ensino. É o conjunto dos meios e condições pelos quais os docentes coordena e estimula o processo de ensino em função da aprendizagem dos(as) alunos(as).
IV	A avaliação do ensino e da aprendizagem na educação infantil não deve ser vista como um processo sistemático e contínuo. Pois, no decurso do qual vão sendo obtidos informações e manifestações acerca do desenvolvimento das atividades das crianças, elas podem se transformarem.
V	O desenvolvimento metodológico definido no plano de ensino materializa os objetivos e os conteúdos definidos para a etapa de ensino.
VI	Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº. 9.394/96), há a proibição da organização de tempos e espaços escolares na Educação Básica por meio da concepção de ciclos de aprendizagem. Pois essa forma de organização não contempla o tempo de formação e desenvolvimento humano: infância, puberdade, adolescência.

Estão corretas as afirmativas

- A) III, V, e VI.
- B) III, IV, V.
- C) I, II, VI.
- D) I, III e V.